



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
3ª Vara Cível da Comarca de Passo Fundo

Rua General Neto, 486 - Bairro: Centro - CEP: 99010022 - Fone: (54) 3311-5377 - Email:
frpasfundo3vciv@tjrs.jus.br

RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 5005057-25.2019.8.21.0021/RS

AUTOR: SUPERMERCADO IP LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

SENTENÇA

Vistos.

Trata-se de pedido de recuperação judicial iniciado através de autos físicos, sob n.º 021/1.19.0009107-2, e, posteriormente, digitalizado, passou a tramitar perante o sistema Eproc sob n.º 5005057-25.2019.8.21.0021.

O processamento da Recuperação Judicial da autora foi deferido através de decisão datada de 06/11/2019 (Evento 1, ANEXO8 - páginas 117/120), ocasião em que também restou deferida, diante da essencialidade do imóvel à continuidade da empresa, a sustação de atos tendentes à consolidação da propriedade do imóvel (matrícula n.º 91.574 do Registro de Imóveis de Passo Fundo) em favor do credor fiduciário, no caso, a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Sicredi Integração dos Estados RS/SC).

No entanto, ao longo do trâmite da Recuperação Judicial, a autora deixou de atender às intimações que lhe eram dirigidas, a exemplo da determinação de juntada de avaliação do patrimônio mobiliários e de máquinas (eventos 70, 72 e 73), bem como os relatórios mensais que servem de subsídio para que o Administrador Judicial cumpra com seu encargo (Evento 74, PET1).

Diante do quadro de abandono processual, o Administrador Judicial requereu a convalidação em falência (Evento 95, PET1), sendo determinada (Evento 100, DESPADEC1) nova intimação pessoal do representante legal da autora, bem como oportunizada vista ao Ministério Público.

O Ministério Público (Evento 106, PROMOÇÃO1) opinou pela convalidação da recuperação judicial em falência e pelo acolhimento do pedido formulado pelo credor fiduciário (Evento 94, PET1), informando, por fim, que houve a extração de cópias do feito e a remessa à Promotoria de Justiça Criminal de Passo Fundo para apuração de eventual crime falimentar.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
3ª Vara Cível da Comarca de Passo Fundo

Em seguida (Evento 108, PET1), aportou manifestação da autora noticiando a ocorrência de furto na sede da empresa, com esvaziamento do estoque, impondo a paralisação definitiva da empresa, sendo que a autora ainda manifestou concordância (Evento 113, PET1) com o requerimento da credora fiduciária contido no evento 94.

É o relato. Decido.

Conforme se evidencia dos autos, bem como do incidente n.º 5005809-60.2020.8.21.0021, em apenso, instaurado para que o Administrador Judicial prestasse os relatórios mensais de atividades da recuperanda, em razão da omissão da autora, foram apresentados apenas dois relatórios mensais, sendo o mais recente veiculado pelo Administrador Judicial em julho/2020, do qual consta que a recuperanda não prestou informações relativas ao primeiro trimestre (2020).

Em ambos os relatórios apresentados, o passivo da autora era de R\$3.569.119,42.

Diante do esvaziamento do estoque de mercadorias, bem como da manifestação da autora (Evento 108, PET1), no sentido de que é impositiva a paralisação definitiva das atividades da empresa recuperanda/demandante, há que se reconhecer a ocorrência de hipótese descrita o artigo 73, inciso VI e § 3º, da Lei n.º 11.101/05:

Art. 73. O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial:

(...)

VI - quando identificado o esvaziamento patrimonial da devedora que implique liquidação substancial da empresa, em prejuízo de credores não sujeitos à recuperação judicial, inclusive as Fazendas Públicas.

(...)

§ 3º Considera-se substancial a liquidação quando não forem reservados bens, direitos ou projeção de fluxo de caixa futuro suficientes à manutenção da atividade econômica para fins de cumprimento de suas obrigações, facultada a realização de perícia específica para essa finalidade.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
3ª Vara Cível da Comarca de Passo Fundo

Conforme manifestado pela própria autora/recuperanda, diante do esvaziamento dos estoques e dificuldade econômica manifestadas pela demandante, inclusive prejudicando o atendimento à questões procedimentais da presente Recuperação Judicial, restou inviabilizada a continuidade da atividade econômica e, assim, a manutenção da própria empresa, o que impõe a convolação da Recuperação Judicial em Falência.

Com efeito, diante do encerramento das atividades da autora, **REVOGO A TUTELA DE URGÊNCIA DEFERIDA** quando deferimento do processamento da recuperação judicial (Evento 1, ANEXO8 - páginas 117/120), que obstava a consolidação da propriedade do imóvel (matrícula n.º 91.574 do Registro de Imóveis de Passo Fundo), sede da empresa/autora, em favor da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Sicredi Integração dos Estados RS/SC).

Por todo o exposto, verificada a liquidação substancial da empresa/autora, inviabilizando a continuidade da Recuperação Judicial, **DECRETO A FALÊNCIA** da sociedade empresária **SUPERMERCADO IP LTDA**, com fundamento no art. 73, VI e § 3º, da Lei 11.101/05, declarando-a aberta nesta data, com as seguintes disposições:

1) nomeio (art. 99, IX, da Lei 11.101/05) administradora judicial a empresa **BRIZOLA E JAPUR ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL**, que já vinha atuando no feito na fase de Recuperação Judicial, devendo ser intimada, através de seu representante, para firmar termo de compromisso nos autos, o que poderá ser realizado através de peticionamento no Eproc. Prazo de 48h.

2) estabeleço como termo legal a data de 04/05/2019, correspondente ao nonagésimo (90º) dia retrotraído da data do protocolo do pedido de Recuperação Judicial (Evento 1, ANEXO2 - página 2), conforme o art. 99, II, da Lei 11.101/05;

3) suspendo todas as ações ou execuções contra a falida, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos 1º e 2º do art. 6º da Lei 11.101/05, conforme estabelece o art. 6º c/c o art. 99, V, ambos da mesma lei;

4) determino seja expedido ofício à Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul para que proceda a anotação da falência no registro da devedora, passando a constar a expressão "Falida", a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 da Lei 11.101/05;

5) determino a intimação do Ministério Público;

6) determino a publicação de edital contendo a íntegra dessa decisão;

5005057-25.2019.8.21.0021

10010237639.V3



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
3ª Vara Cível da Comarca de Passo Fundo

7) determino a intimação da falida para que cumpra o disposto no art. 99, III, da Lei 11.101/05, no prazo de cinco (05) dias, apresentando a relação atualizada de credores, bem como para que atenda ao disposto no art. 104 do referido diploma legal, sob pena de crime de desobediência; expeça-se também mandado ao sócio administrador;

8) fixo o prazo de quinze (15) dias para habilitação dos credores, na forma do artigo 7º, § 1º, c/c art. 99, IV, ambos da Lei 11.101/05, devendo o administrador judicial apresentar a lista de credores para publicação do edital a que alude o parágrafo 2º do mesmo dispositivo legal. Deverá constar do edital o endereço profissional do administrador para que os credores apresentem as divergências no prazo de 15 dias de que trata o art. 7º, §1º, da Lei 11.101/05. O edital só poderá ser publicado após a falida apresentar o rol de credores;

9) deixo de determinar a lacração do estabelecimento em razão do esvaziamento do estoque e revogação da tutela de urgência que impedia a consolidação da propriedade em favor do credor fiduciário;

10) determino a expedição de ofício aos estabelecimentos bancários para que sejam encerradas as contas da falida. **Deverão ser expedidos ofícios às instituições financeiras que aparecem no rol de relacionamentos bancários apontado pelo sistema SISBAJUD**, em anexo. O bloqueio de valores e eventual transferência para conta judicial vinculada ao feito está sendo feito através do sistema SISBAJUD, na forma do art. 121 da Lei 11.101/05, no entanto, nenhum valor foi encontrado em contas da falida, conforme extratos que acompanham a presente decisão;

11) determino seja oficiado à Fazenda Nacional, Estadual e Municipal para que tenham ciência da decretação da falência, encaminhando-se cópia da sentença.

12) determino seja oficiado à Corregedoria-Geral da Justiça, remetendo-se cópia da sentença e solicitando-se seja comunicado aos juízes do Estado;

13) determino seja oficiado à Direção do Foro da Comarca, encaminhando-se cópia da sentença e solicitando-se seja dado conhecimento aos juízes;

14) determino seja oficiado à Direção do Foro da Justiça Federal e do Trabalho desta Comarca, encaminhando-se cópia da sentença e solicitando-se seja dado conhecimento aos juízes.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
3ª Vara Cível da Comarca de Passo Fundo

15) fica proibida a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens pela falida;

Retifique-se o polo passivo da ação junto ao sistema E-proc, passando a constar MASSA FALIDA DE SUPERMERCADO IP LTDA.

Pagamento das custas processuais após a realização do ativo, na forma prevista no art. 84, III, da Lei 11.101/2005.

Publique-se.

Intimem-se, inclusive o Ministério Público desde já.

Diligências legais.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA PASETTI BORGES**, em 18/8/2021, às 17:2:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10010237639v3** e o código CRC **44434172**.

5005057-25.2019.8.21.0021

10010237639.V3